ADUNESP *in*FORMA

ADunesp Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 65 - Maio/2015

Data-base 2015: Nem arrocho, nem desmonte. Não vamos pagar pela crise!

No dia da negociação salarial, 14 de maio, vamos paralisar o trabalho e realizar um grande ato estadual em SP. Nas páginas 3 e 4, veja como foi a primeira negociação e outros detalhes da data-base deste ano.

Repúdio à selvageria da polícia contra os professores paranaenses

Em face da violência injustificável empregada pelo governo do Paraná contra os professores grevistas da rede estadual de ensino, no dia 29/4/2015, a Adunesp expressa sua solidariedade e apoio irrestritos ao movimento destes trabalhadores, vitimados pela truculência governamental. Subscrevemos as manifestações de repúdio contra essa medida hedionda empreendida pelo governador Beto Richa (PSDB), que deve ser responsabilizado civil e criminalmente pela barbárie perpetrada contra os trabalhadores da educação.

Trata-se de um ato que nos remete à ditadura empresarial-militar brasileira, de triste memória, e constitui uma prática que deve ser extirpada da vida pública brasileira.

O movimento dos professores paranaenses soma-se à greve de professores estaduais em São Paulo, Pará, Pernambuco, Santa Catarina e Amapá, além dos municipais em várias cidades do país. Em comum, eles têm na pauta o cumprimento da Lei do Piso, reajuste salarial e valorização do profissional da educação.

A educação pública não precisa de bombas e balas de borracha. A educação pública precisa de respeito!

Leia nesta edição:

Ação organizada nos colegiados - *Pág. 5*

SPPREV: Entrevista com o representante do Cruesp - *Págs. 8 e 9*

O PL 4.330 e os riscos para a classe trabalhadora - *Pág. 15*

A Adunesp no 34º Congresso do Andes-SN *Pág. 16*

A crise em debate

A convite do ***Adunesp InForma***, três professores escrevem nesta edição sobre a crise.

Confira nas págs. 10 a 14

Editorial

A crise, o autoritarismo reitoral, os interesses da Universidade e a nossa reação

Prezados leitores, em consonância com o atual contexto de crise financeira internacional, a sociedade brasileira encontra-se diante de uma conjuntura política, econômica e social bastante delicada, perpassada por contradições profundas, que, em meio à legítima indignação de parte considerável da população quanto às denúncias de corrupção – envolvendo parlamentares, escalões de governo em todos os níveis e empresas públicas e privadas –, assiste a uma cobertura da grande mídia que mantém o foco em alguns grupos políticos em detrimento de outros, cujas práticas criminosas são omitidas, ou, na melhor das hipóteses, minimizadas.

Paralelamente há, também, um crescimento da atuação de grupos fascistas, explicitando o ódio contra a classe trabalhadora, acompanhado da proliferação de atitudes machistas, homofóbicas, racistas e de um saudosismo sanguinário, que reivindica a "volta" da ditadura empresarial-militar, certamente na expectativa de que o terrorismo de Estado praticado durante aquele período possa assegurar seus privilégios, supostamente ameaçados nos dias atuais por políticas públicas que, muito timidamente, proporcionaram uma modestíssima alteração da distribuição da renda nacional e fizeram avançar, ainda que muito pouco, alguns direitos sociais, agora sob risco.

Trata-se de uma conjuntura histórica dramática, na qual direitos fundamentais da classe trabalhadora, conquistados a duras penas, estão seriamente ameaçados pelos interesses patronais, como a rediscussão e aprovação, pela Câmara Federal, do PL 4.330 que, se ao fim e ao cabo, for referendada pelo Senado Federal, produzirá, num primeiro momento, um enorme retrocesso dos direitos dos trabalhadores das empresas privadas; num segundo momento, uma ameaça real para os trabalhadores do setor público. A terceirização indiscriminada para todas as instituições, incluindo as universidades públicas, poderá ser o próximo passo, generalizando relações de trabalho baseadas na superexploração da força de trabalho.

No âmbito das universidades públicas paulistas, já há algum tempo, vivemos um processo perverso de precarização do trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos, por conta da implementação de políticas que têm desqualificado a natureza do nosso trabalho; e em meio a um contexto de intensa repressão aos movimentos reivindicatórios. A rotina de trabalho que temos que vencer atualmente na Unesp, decorrente do tão propalado processo de internacionalização, tem imposto um ritmo de trabalho alucinante para muitos docentes, tornando-os reféns do julgamento implacável exarado por uma comissão assessora exclusiva do Reitor (CPA). Isto tem produzido uma verdadeira erosão na qualidade dos cursos de graduação, que tem sido mantida, até agora, graças aos esforços e à dedicação de muitos professores que, contrariando a política reitoral de desvalorização do ensino em detrimento da pesquisa e, sobrecarregados pelas exigências das metas produtivistas impostas pela planilha de avaliação docente, arriscam-se a manter a qualidade das suas aulas e do atendimento aos estudantes, em condições absolutamente desfavoráveis.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)

Praça da Sé, 108, 2º andar, São Paulo.
Fone (11) 3242-0125.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)
bah0609@bol.com.br

Tiragem desta edição: 2.200 exemplares

Embora o artigo 18 do Estatuto da Unesp, que enumera as atribuições do Conselho Universitário, na alínea XI estabeleça que é prerrogativa deste colegiado "deliberar sobre planos de carreira de servidores da Universidade", o Reitor, numa atitude autocrática, editou recentemente as Portarias Unesp 128, 129 e 130, que confiscam direitos dos trabalhadores da instituição, sem que uma palavra sequer a respeito disso tenha sido pronunciada no CADE, no CEPE, ou no CO antes da sua edição.

Em recente audiência com o Reitor, em 23/4, a Adunesp e o Sintunesp solicitaram a ele que acatasse deliberação do CADE, requerendo a suspensão dos efeitos dessas portarias, até que fossem devida e democraticamente discutidas nos colegiados cabíveis – CEPE, CADE e CO. Depois de muitas colocações a respeito de eventuais equívocos nos planos de carreira dos segmentos, afirmando que não poderia "perder tempo" com a discussão nos colegiados centrais, e de acusações destituídas de fundamento, de que os boletins publicados pelos sindicatos seriam mentirosos (sem explicitar quais seriam estas "mentiras"), o Reitor declarou que "não concorda com a suspenção das portarias e que vai estudar a situação, sem prazo para resposta".

Na mesma reunião, o Reitor disse, também, que não pretende renovar a portaria que instituiu a Comissão da Verdade da Unesp que, embora tenha feito até agora um trabalho sério, comprometido com a memória, a verdade e a reparação das vítimas do terrorismo de Estado, bem como da remoção da herança da ditadura empresarial-militar que ainda persiste no Estatuto e no Regimento da Unesp, ainda tem muito por fazer. A CV-Unesp angariou dimensão nacional por sua participação na criação e na atuação da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, além de outras instâncias de defesa dos direitos humanos e continuará os seus trabalhos – apesar da negativa reitoral – com o apoio que, desde o seu início, tem sido dado pela Adunesp, conforme deliberação da Plenária Estadual da entidade.

Esse panorama sombrio que se apresenta diante de nós – decorrente, em grande parte, da subserviência reitoral frente à crise de financiamento das Universidades Públicas Paulistas, imposta pelo governo estadual, da inépcia e, até recentemente, da omissão do Cruesp em fazer gestões para aumentar a dotação orçamentária do sistema público de educação superior em nosso estado (Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza) – torna urgente e necessário que a comunidade unespiana responda à insensatez dos seus gestores.

Nossa resistência ao desmonte das Universidades Públicas Paulistas, ao despotismo inconsequente em vigor e à introdução de regimes fabris de gestão precisa ser construída coletiva e democraticamente, por meio da atuação responsável dos sindicatos (ao contrário do que presume o Reitor) e da atuação independente e altiva dos nossos representantes em todos os colegiados da nossa Universidade.

Por fim, este jornal pretende oferecer à comunidade unespiana elementos que ajudem a melhor compreender alguns aspectos da dura realidade que vivemos hoje e, com isso, contribuir para que nos mobilizemos de forma cada vez mais efetiva em defesa da nossa universidade e, consequentemente, de uma educação pública de melhor qualidade para a nossa sociedade.

Diretoria central da Adunesp
São Paulo, 27 de abril de 2015.

Nem arrocho, nem desmonte. Não vamos pagar pela crise!

O Fórum das Seis protocolou a Pauta Unificada de Reivindicações 2015 no dia 27 de março, acompanhada de um ofício que pedia a realização de negociações ainda em abril, conforme acertado ao final da greve de 2015. Além de outros tópicos relevantes, reivindicamos a reposição das perdas inflacionárias dos últimos 12 meses (maio/2014 a abril/2015): cerca de 9% (de acordo com o ICV-Dieese) + 3% para repor parte de nossas perdas históricas. O índice medido pela Fipe deve chegar a cerca de 7%. Em tempos de inflação, como agora, é especialmente necessário manter o poder aquisitivo dos salários, inclusive como medida efetiva de combate à crise.

A mesa da primeira negociação, em 24/4. O item Salários ficou para 14/5

O agendamento da primeira reunião, para 24/4, saiu aos 40 minutos do segundo tempo. Sem dúvida, um avanço. Mas algo, ainda, insuficiente para sinalizar uma real intenção dos reitores em estabelecer negociações sérias e efetivas com as entidades representativas.

O cenário da data-base deste ano não é simples. Em paralelo às argumentações preventivas por parte dos reitores, sobre os efeitos da crise econômica nas universidades, vemos um cojunto de ofensivas que, se não forem combatidas, conduzirão ao desmonte das universidades estaduais paulistas. Os sinais disso são evidentes: enxugamento de pessoal (expulsão de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV, não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões ou mortes nas três universidades), descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos (constrangimento de docentes, punições e expulsão de estudantes), adoção de medidas numa tentativa de demonstrar "responsabilidade" frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), entre várias outras.

A primeira negociação

Conforme assinalou a Plenária Estadual da Adunesp em 29/4, o tratamento respeitoso e o clima civilizado da primeira reunião são produto da greve vitoriosa do ano passado. No entanto, somente a mobilização pode garantir que se traduzam em efetiva negociação.

A reunião foi conduzida pelo novo presidente do Cruesp e reitor da USP, Marco Antonio Zago. Acompanhado do reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, e da vice-reitora da Unesp, Marilza Vieira Cunha Rudge – substitundo o reitor Julio Cezar Durigan, em viagem – Zago abriu a reunião informando a disposição dos reitores em debater todos os itens da Pauta Unificada, mas remetendo a questão salarial para uma segunda reunião, em 14/5, quando os índices inflacionários do período maio/2014 a abril/2015 estarão definidos.

Conforme boletim do Fórum das Seis, divulgado em 25/4, os reitores optaram pela tática de enviar para o âmbito das universidades a negociação de parte considerável da Pauta, como é o caso dos itens I ("Pelo respeito à liberdade de organizçaão e manifestação, contra a criminalização dos movimentos sociais e os ataques às mulheres") e V ("Condições de trabalho e estudo").

Assinalando sua discordância com esta avaliação – uma vez que considera que os tópicos destes dois itens devem ser discutidos à luz da necessidade de políticas isonômicas entre as universidades – as entidades que compõem o Fórum decidiram cobrar das reitorias o urgente agendamento de reuniões para debater os itens I e V da Pauta. A intenção é levar para a mesa Fórum/Cruesp o resultado destas reuniões específicas.

Na primeira negociação também teve início a discussão sobre os itens III ("SPPREV/aposentadoria/Plano de Aposentadoria Complementar"), IV ("Permanência estudantil/gratuidade ativa") e VI ("Financiamento").

Sobre o item III, ficou acertada uma agenda de reuniões entre Fórum e Cruesp, para esclarecer questões do tipo: como foi o processo de passagem dos recursos do Ipesp para a SPPrev, como e quando o pagamento das aposentadorias e pensões das universidades serão assumidas pela SPPrev, entre outras.

Sobre o item IV, serão iniciadas as reuniões do Grupo de Trabalho (GT) "Assistência e permanência estudantil", conforme proposto pelo Cruesp e aceito pelo Fórum das Seis ao final da greve de 2014, com o objetivo de definir conceitos, diretrizes e princípios sobre o tema. A primeira reunião do GT deve ocorrer ainda em maio. Quando os trabalhos estiverem concluídos, serão trazidos à mesa de negociação entre Fórum e Cruesp.

Sobre o item VI, os reitores reafirmaram sua disposição de defender publicamente, junto ao governo e à Assembleia Legislativa, as propostas que assinaram no ano passado, e que são próximas às do Fórum das Seis (leia mais na matéria "***A crise não é financeira, mas sim de financiamento***").

Sem mobilização, não tem conquista!

Proposta é de paralisação e ato no dia da negociação salarial

Coordenação do F6 dá informes sobre a primeira negociação, em frente à sede do Cruesp

A Plenária Estadual da Adunesp, realizada em 29/4, reforçou o indicativo às subseções da entidade de realização de assembleias para deliberar sobre a seguinte proposta do Fórum das Seis:

- Paralisação e ato unificado no dia da negociação salarial (14/5), com concentração às 14h, no vão livre do MASP, descendo em passeata até a sede do Cruesp.

A crise não é financeira, mas sim de financiamento

As medidas que vêm sendo tomadas pelas reitorias, mais acentuadamente a partir do ano passado – como as demissões voluntárias na USP, a não reposição de contratações, o corte de direitos, entre outras –, longe de retratar uma postura "responsável" dos reitores, comprovam sua incapacidade e desinteresse em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e campi sem a contrapartida orçamentária devida. Agora, quando os discursos de "crise" ecoam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Mas é preciso que fique muito claro: estamos diante de uma crise de financiamento e não de crise financeira. E não somos nós que devemos pagar por ela!

Nunca é demais lembrar que, nos últimos anos, o Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp uma postura ativa quanto à necessidade de ampliação dos recursos para as universidades. O índice de 9,57% do ICMS – Quota Parte do Estado, fixado após muita luta em 1995, revela-se insuficiente para manter estas instituições nos patamares exigidos pelo ensino, pesquisa e extensão. Cenário, aliás, que se agravou pelo fato de o governo Alckmin não ter cumprido com a palavra empenhada nos processos de expansão: na USP, ainda não veio o 0,07% do ICMS-QPE pela incorporação de Lorena; na Unicamp, falta incorporar 0,05% pela abertura do campus de Limeira; na Unesp, não veio a contrapartida de recursos para a criação dos *campi* experimentais e abertura de vários cursos de 2004 em diante.

A reivindicação defendida pelo Fórum das Seis nos últimos anos é de aumento do percentual dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE.

Também é fundamental a defesa de mudança na interpretação que, muito convenientemente, o governo faz do texto do artigo 4° da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo exclui da base de cálculo dos atuais 9,57% o montante destinado aos programas habitacionais e parcelas importantes do produto do ICMS, tais como: multas e juros de mora do ICMS pago em atraso, de sua dívida ativa e por autos de infração, entre outras. Curioso observar que todas estas alíneas são levadas em conta quando do cálculo dos repasses aos municípios paulistas (ICMS-Quota Parte dos Municípios).

Por conta disso, o Fórum defende que o texto da LDO inclua a expressão "total do produto do ICMS", garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios. Para se ter uma ideia do prejuízo que Unesp, Unicamp e USP têm por conta desta "metodologia" do governo, no período de 2008 a 2014, o montante de recursos não repassados às estaduais paulistas é de R$ 1,744 bilhão. Se considerarmos as perdas relativas à Nota Fiscal Paulista (NFP), o prejuízo neste mesmo período sobe para R$ 2,538 bilhões. Estes dados, levantados pela Adusp, consideram valores em R$ de 1°/jan/15 (tomando o IPCA do IBGE como deflator).

A greve de 2014 e o Cruesp

Pressionados pela força da greve de 2014 e pela fragilidade de sua argumentação sobre "falta de recursos", os reitores tiveram que mudar sua postura. De total omissão diante do problema, adotaram propostas parecidas às do Fórum das Seis e as defenderam, de forma bastante tímida, junto ao governo e à Assembleia Legislativa. O item mais importante defendido pelo Cruesp refere-se ao aumento do percentual do ICMS para 9,901%, com a inclusão da expressão "total do produ¬to do ICMS" no texto da LDO.

Na primeira negociação, em 24/4, o Cruesp informou que continuará defendendo as mesmas propostas neste ano. Considerando a proximidade do início das discussões em torno à LDO 2016, na Assembleia Legislativa, é imperioso que os reitores comecem a se mexer.

Ação nos colegiados (1)

No CEPE, prevalência do bom senso garantiu novo prazo para relatórios

Atendendo à solicitação de um grande número de docentes e à deliberação de sua plenária de 12/3, realizada em Presidente Prudente, a Adunesp solicitou à vice-reitora e presidente do CADE, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, que tomasse as providências cabíveis para adiar o prazo de entrega dos relatórios anuais e trienais, inicialmente previsto para 27/3, por mais 30 dias. Diante da ausência de resposta da vice-reitora e dada a urgência do assunto, a Adunesp solicitou aos conselheiros do CEPE que dessem início ao procedimento para autoconvocação do colegiado. De acordo com o regimento do CEPE, o pedido deveria ser assinado por, no mínimo, um terço dos membros, o que acabou ocorrendo. Instada pelas assinaturas, a presidente do colegiado convocou a reunião para 24/3, por videoconferência.

A reunião contou com a presença de 19 conselheiros. Mesmo diante da insistência da professora Marilza em manter a data anterior – algo incompreensível, uma vez que o adiamento da entrega dos relatórios para o final de abril em nada prejudicaria o andamento de quaisquer instâncias acadêmicas ou administrativas – prevaleceu o bom senso: por 12 votos favoráveis e sete contrários, ficou definida a prorrogação por 30 dias.

A atuação combativa de membros do CEPE, comprometidos com os interesses da categoria docente e com os interesses maiores da Universidade, evitou que prevalecesse uma imposição de natureza puramente burocrática, e que muitos colegas tivessem que elaborar seus relatórios anuais e trienais num momento absolutamente sobrecarregado de trabalho, quando ainda não havia sido finalizado o segundo semestre letivo de 2014, o que só ocorreu em abril em muitos *campi*.

Ação nos colegiados (2)

No CADE, debate aprofundado levou à indicação de suspensão das portarias

Após terem sido inseridas como item novo de pauta, por indicação de membros do "Chapão Sintunesp/Associações" e do "Chapão da Adunesp", as portarias 128, 129 e 130 foram amplamente debatidas na reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), realizada em 15/4.

Representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos distribuíram carta assinada por Adunesp e Sintunesp, que critica a adoção das portarias sem nenhuma discussão nos órgãos colegiados envolvidos (CADE e CEPE), sem apresentação dos impactos orçamentários e financeiros efetivos das medidas, numa tentativa de descarregar o ônus da crise sobre os trabalhadores da Universidade.

O tema gerou seguidas intervenções dos membros do CADE. Os representantes destacaram a surpresa e a indignação dos servidores docentes e técnico-administrativos com as portarias e com a forma de dirigir a Universidade por parte da atual Reitoria, à base da canetada. Eles também expuseram que os planos de carreira são uma conquista das categorias durante as discussões nos colegiados (CADE e CEPE) e que não podem, simplesmente, serem jogadas no lixo por uma decisão do Reitor.

Por fim, questionaram se o confisco destes direitos era a única medida possível para alcançar o equilíbrio financeiro na Universidade. Ao final da rica discussão, resultado da ação organizada dos representantes no CADE, foi aprovado o seguinte encaminhamento, por 10 votos favoráveis e 9 contrários:

- O CADE indica ao Reitor a suspensão dos efeitos das portarias 128, 129 e 130, até que sejam amplamente discutidas nos órgãos colegiados competentes.

Também foi aprovada a continuidade da discussão na próxima reunião presencial do CADE, em 10/6. Foi solicitado pelos representantes que, antes disso, sejam apresentados os impactos orçamentários e financeiros, em 2015 e projeção para 2016, decorrentes da aplicação das portarias 128, 129 e 130, discriminando o papel de cada uma delas.

Os resultados da reunião de 15/4 indicam, sem dúvida, uma vitória da organização dos servidores docentes e técnico-administrativos, reafirmando aos dirigentes da Universidade que o diálogo e a democracia são indispensáveis na construção da instituição.

Repressão na Unesp (1)

Comissão arquiva apuração em Prudente. Atitude evidencia descalabro da medida adotada pela Reitoria

A "Comissão de Apuração Preliminar" instaurada pela Portaria FCT 358/2014, por "orientação" da Reitoria da Unesp, concluiu que são improcedentes e desprovidas de quaisquer comprovações as "denúncias anônimas" contra sete servidores docentes e um técnico-administrativos do campus de Presidente Prudente. A conclusão da comissão foi divulgada após colher depoimento dos oito citados.

A decisão da comissão é muito importante, comprovando que a abertura da "apuração preliminar" foi absolutamente arbitrária e persecutória, uma clara tentativa de intimidar a comunidade, uma vez que seis dos citados foram membros ativos do comando de greve em 2014, período em que as "denúncias anônimas" foram realizadas.

Embora as referidas "denúncias anônimas"carecessem de fundamentação adequada, a Reitoria não titubeou em expor os docentes e o servidor, todos de reconhecida dedicação e história em prol da Universidade. E agora, a Reitoria fará algum reparo ao dano causado a essas pessoas? Divulgará o nome do "denunciante", que se encobriu no anonimato para atacar os docentes e o servidor?

Repressão na Unesp (2)

Pela revogação da expulsão dos 17 estudantes de Araraquara

Em 29/1/2015, a Reitoria da Unesp escreveu mais um capítulo em sua triste história de repressão e perseguição contra a comunidade universitária. Neste dia, culminando um processo sindicante que abordou a ocupação realizada na diretoria da FCL em meio à greve de 2014, à época motivada pela expulsão de 38 alunos carentes da moradia estudantil local, a Reitoria "sentenciou" à expulsão 17 estudantes do campus.

Em vez de a empreender esforços no sentido do diálogo e do atendimento das reivindicações dos estudantes, relativas a itens vitais para o exercício do direito à educação superior pública, como é o caso da moradia estudantil, Reitoria e direção local preferiram o uso de medidas repressivas e de criminalização dos movimentos, iniciando pela reintegração de posse, com a presença da tropa de choque da Polícia Militar.

Chama a atenção o acelerado trâmite da sindicância e a firme disposição em punir os estudantes... de qualquer forma. O delegado do 4o Distrito Policial, que presidiu o inquérito contendo denúncias contra os estudantes que ocuparam a diretoria da FCL, afirma no relatório que submeteu ao juiz e ao representante do Ministério Público: "Apesar de várias diligências, não nos foi possível individualizar a conduta dos investigados em face dos crimes levados a efeito." Na sequência, o promotor do caso requereu o arquivamento do inquérito policial, acatando as razões do delegado. Por sua vez, o juiz acolheu o pedido da Promotoria e determinou o arquivamento final do inquérito, em documento datado de 29/10/2014.

"Se fica clara a impossibilidade de individualização da conduta dos estudantes, com o que concorda o poder judiciário, que determinou o arquivamento do inquérito, a aplicação de qualquer pena aos estudantes que participaram da ocupação da diretoria da FCL é necessariamente arbitrária e contrária a apuração dos fatos", destaca o presidente da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior. Ele conclama os conselheiros do CO a colocarem um ponto final neste novo caso de perseguição na Unesp, acatando os recursos impetrados pela defesa dos estudantes, o que está pautado para a reunião de 7/5/2015.

Comissão da Verdade da Unesp apresentou relato de um ano de trabalho

No dia 26/3/2015, em evento promovido pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM), a Comissão da Verdade da Unesp apresentou um relato dos principais trabalhos realizados após um ano de funcionamento.

Na mesma oportunidade, o CEDEM recebeu a doação do acervo do jornalista Vladimir Herzog, em solenidade que contou com a presença de seus familiares. "As novas gerações precisam conhecer a luta e os fatos, para que isso nunca mais aconteça em nosso país", declarou a viúva Clarice Herzog.

A apresentação dos resultados da CV-Unesp coube à sua presidente, professora Anna Maria Martinez Corrêa. Ela relatou a rotina de trabalho da comissão, que pesquisou nos acervos do Projeto "Memória da Universidade", coordenado por ela, nos arquivos das unidades universitárias e no Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), além de entrevistas com professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos que vivenciaram processos repressivos dentro e fora da Unesp.

A professora Anna Maria, presidente da CV-Unesp, relata os primeiros 12 meses de trabalho

"A relação entre o golpe militar e a história da Unesp é muito grande", destacou Anna Maria. Ela defendeu a continuidade dos trabalhos da CV. "Há muitas questões que precisam ser melhor conhecidas e estudadas."

A mesa foi conduzida pela coordenadora do CEDEM, professora Sonia Maria Troitiño Rodrigues, e contou com exposições de outros pesquisadores da CV-Unesp: os professores Paulo Ribeiro da Cunha e Angélica Lovatto, e José Luiz Del Roio, vice-presidente do Instituto Astrojildo Pereira.

Adunesp participou do seminário "Democracia e Ditadura"

A então ministra Ideli Salvatti (ao centro) fala na abertura do seminário

O professor João Chaves (terceiro, da esq. p/ a dir.) foi um dos debatedores

No dia 31/3, o professor João Chaves, presidente da Adunesp e pesquisador da Comissão da Verdade (CV) da Unesp, foi um dos debatedores do seminário nacional "Democracia e Ditadura: memória e verdade contra o(s) autoritarismo(s) do presente", realizado na Universidade de Brasília (UnB). Ele representou a Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, da qual a CV-Unesp é co-fundadora e membro efetivo de seu colegiado nacional.

O evento foi aberto pela então ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti. Ela enfatizou a premente necessidade de continuação dos trabalhos das Comissões da Verdade em todo o país: nas universidades, prefeituras, assembleias legislativas, entidades da sociedade civil, movimentos sociais, centrais sindicais etc. Ideli destacou em especial a importância da continuidade dos trabalhos da Comissão da Verdade da Unesp, por sua relevância no Estado de São Paulo, com presença em 24 cidades, por meio dos campi distribuídos por todo o interior paulista.

Evento em Porto Alegre

Nos dias 31/3 e 1º/4/2015, marcando a passagem dos 51 anos do golpe de 1964, aconteceu em Porto Alegre o Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN. Realizado na UFRGS, o evento teve como tema central "A Universidade e a ditadura empresarial-militar no Brasil: Luta por memória, verdade e justiça." O professor Fábio Kazuo Ocada, membro da diretoria da Adunesp, participou da mesa "Os movimentos em luta por memória e justiça."

Passagem do pagamento de aposentadorias e pensões para a SPPREV

"Não vejo como possa ocorrer alguma perda de direito ou garantia", diz representante do Cruesp

De acordo com informações no site da São Paulo Previdência (SPPREV), gestora única dos regimes próprios de previdência dos servidores civis e militares, desde janeiro de 2015 o órgão passou a ser responsável pela gestão e pagamento das aposentadorias da administração indireta do Estado de São Paulo. Ainda de acordo com o site, futuramente também será absorvida a administração da folha de pagamento das aposentadorias da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, das universidades, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Implantada pela Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, a SPPREV é uma autarquia sob regime especial, vinculada e supervisionada pela Secretaria de Estado da Fazenda. Sua criação, na sequência de mudanças profundas na previdência do funcionalismo público, nas reformas do início dos anos 2000, trouxe dúvidas e questionamentos.

A passagem da gestão e do pagamento das aposentadorias das universidades ao controle da SPPREV – a partir de 2016, caso não haja atrasos – traz mais inquietações aos seus servidores docentes e técnico-administrativos.

Para buscar resposta a algumas destas dúvidas, o ***Adunesp InForma*** entrevistou o **Prof. Dr. Oswaldo da Rocha Grassiotto**, Vice-Reitor Executivo de Administração da Unicamp e representante do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) junto ao Conselho de Administração da SPPREV desde maio de 2014.

Acompanhe:

Adunesp InForma: Após a migração das aposentadorias e pensões das Universidades para pagamento pela SPPREV, os reajustes continuarão sendo iguais aos do pessoal da ativa, como acontece atualmente? Há a possibilidade de perda de algum direito ou garantia existentes atualmente?

Oswaldo da Rocha Grassiotto: A gestão e o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores estatutários das Universidades são atribuições legais da SPPREV, a concessão é atribuição dos Reitores e a fonte do pagamento é o orçamento das Universidades, para aqueles admitidos antes de 21/01/2013. Para os admitidos após esta data, este pagamento se restringe ao valor do teto do INSS. Hoje, já ocorre um processo que se assemelha ao que prevê a lei da SPPREV, ainda que a maior parte da operacionalização do pagamento dos benefícios ainda ocorra nas Universidades. Não vejo como possa ocorrer alguma perda de direito ou garantia com a formalização de um procedimento previsto há oito anos.

***Adunesp InForma*:** Atualmente, os gastos com aposentadorias e pensões estão na folha de pagamento das Universidades, ou seja, integram o montante de recursos destinados pelo governo a estas instituições. Após passagem das aposentadorias e pensões para a SPPREV, esses valores continuarão sendo cobertos com recursos das Universidades?

***Grassiotto*:** Quanto ao custeio dos gastos com os benefícios, hoje eles oneram o orçamento das Universidades, que contribui com 22% sobre o valor da folha de pagamento, acrescido pela parcela dos 11% que são retidos dos ativos e inativos. Este montante é remetido à SPPREV. O balanço entre os gastos e as consignações geralmente ocasiona um déficit, chamado Insuficiência Financeira, que é coberto pelo orçamento das Universidades. Nada disto deve mudar com a formalização do pagamento dos benefícios sendo feita pela SPPREV.

***Adunesp InForma*:** Como ficará a situação dos aposentados (atuais e futuros) cujos proventos são superiores ao teto salarial, ao passarem para a SPPREV? A integralidade de seus vencimentos seria preservada?

***Grassiotto*:** A situação dos aposentados cujos proventos excedem o teto salarial só será definitivamente esclarecida após o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que analisa as situações geradas pela lei do teto vis-a-vis conceitos de direitos adquiridos. A SPPREV, ao efetuar o pagamento dos benefícios remetidos pelas Universidades, poderá sim apontar ao Tribunal de

Contas este conflito, mas não reter o pagamento. O ato de concessão do benefício é da jurisdição dos Reitores, que por eles respondem.

***Adunesp Informa*:** Pelas regras vigentes, os aposentados celetistas vão para o INSS, enquanto os estatutários permanecem na folha das Universidades. Desta forma, apenas os estatutários passarão para a SPPREV, correto?

***Grassiotto*:** É certo que só foram absorvidos pela SPPREV os servidores estatutários. Os celetistas filiam-se ao Regimento Geral da Previdência.

***Adunesp InForma*:** A aposentadoria complementar (SP-PREVCOM) é garantida pelo Estado? Em caso de insolvência ou problema semelhante, o Estado garante os direitos previdenciários?

***Grassiotto*:** A aposentadoria complementar está garantida pelas regras de operação da SP-PREVCOM, que tem autonomia administrativa e financeira em relação ao Estado. Depende em princípio da gestão do fundo de capitalização e do valor e do tempo de contribuição para a constituição das reservas.

***Adunesp InForma*:** As Universidades estaduais paulistas podem constituir fundo próprio ou isso já está descartado?

***Grassiotto*:** As Universidades estaduais não podem constituir fundos próprios e a gestão do Regime Próprio da Previdência dos Servidores Públicos é exclusiva da SPPREV, por força de lei.

Cruesp agenda reuniões com Fórum das Seis para debater SPPREV e aposentadoria complementar

Na primeira negociação da data-base 2015, realizada em 24/4/2015, ficou acertada uma agenda de reuniões entre Fórum das Seis e Cruesp, para esclarecer questões do tipo: como foi o processo de passagem dos recursos do Ipesp para a SPPREV, como e quando o pagamento das aposentadorias e pensões das Universidades serão assumidas pela SPPREV, entre outras.

De sua parte, o Cruesp já indicou os professores Oswaldo da Rocha Grassiotto (Unicamp), João Pacheco (USP) e Carlos Antonio Gamero (Unesp) para estas reuniões. Os nomes do Fórum serão informados em 14/5, data da próxima negociação. A ideia é que a comissão apresente seus resultados até julho/2015.

Previdência Complementar

Em www.adunesp.org.br, leia parecer jurídico sobre o regime de previdência complementar do Estado de São Paulo (Lei 14.653/11), elaborado pela advogada Lara Lorena, da assessoria da Adunesp.

Aposentadoria voluntária e aposentadoria compulsória: Esclarecimentos importantes

A assessoria jurídica da Adunesp chama a atenção dos docentes que estão próximos de alcançar os 70 anos, ou que pretendem se aposentar apenas neste limite de idade, para alguns esclarecimentos importantes.

A partir da edição, em 31/12/2003, da Emenda Constitucional 41, as aposentadorias compulsórias tiveram novo tratamento, sendo afastada a antiga regra do cálculo dos proventos de forma integral, ou seja, no mesmo valor da última remuneração. Esta alteração está prevista na nova redação do artigo 40 da Constituição, bem como do seu parágrafo 3º, que estabelece que para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

Com isso, o servidor aposentado compulsoriamente a partir de janeiro de 2004 deixou de receber proventos iguais aos que eram pagos em atividade. As aposentadorias compulsórias gerarão ao servidor um provento que leva em consideração a média das remunerações ao longo dos anos que serviram de base para incidência das contribuições previdenciárias. O resultado costuma ser inferior ao último salário recebido em atividade, que é, em geral, o mais alto. Para piorar, os proventos de aposentadoria compulsória perderam qualquer vinculação com os rendimentos dos ativos, ou seja, perdeu-se a paridade entre ativos e inativos.

Neste caso, o servidor que tiver a possibilidade, antes de alcançar os 70 anos de idade, de se aposentar na modalidade voluntária, preenchidos todos os requisitos para tal, tem ainda a opção de se aposentar com integralidade e paridade, de acordo com as regras aplicáveis a seu caso, a depender da data de seu ingresso no serviço público, o que lhe será muito mais benéfico.

O alerta, portanto, é para que o servidor, ante a proximidade dos 70 anos de idade, sempre peça na via administrativa uma análise da possibilidade de aposentadoria voluntária. Neste caso, se preenchidos os requisitos, convém priorizar esta modalidade de aposentadoria, até porque serão preservados o rendimento integral e a paridade entre ativos e inativos.

Já para os que se aposentaram pela compulsória, sem conhecimento de que possuíam o direito à modalidade mais vantajosa da voluntária, devem requerer administrativamente a análise da possibilidade de aposentadoria voluntária à época da compulsória e que a Administração assim o ateste. Neste caso, o ex-servidor deve requerer ainda a retificação do seu ato de aposentadoria.

No rastro da crise econômica internacional, das polarizada eleição presidencial e das denúncias de corrupção, o país assistiu a cenas que, pouco tempo atrás, seria consideradas improváveis. Nas ruas, setores até então entocados nos armários, alvoroçaram-se a defender - quem diria!? - a volta da ditadura.
O ***Adunesp InForma*** convidou três docentes a escreverem sobre este cenário. Confira a seguir:

Artigo Artigo Artigo Artigo Artigo

Que crise é essa?

Por ***Marcos Del Roio****

O Brasil vive uma crise de governo bastante evidente e que se encaminha para uma crise política mais larga. Essa particular crise encontra seus fundamentos na gravíssima crise capitalista iniciada em 2008 no setor imobiliário dos Estados Unidos e que logo se difundiu para a Europa e outras partes do mundo. Os Estados Unidos conseguiram evitar o naufrágio, mas a Europa precisa esfolar a sua periferia (os chamados PIGS) para se manter à tona.

Desde o início deste século o Brasil se viu favorecido no comércio internacional, com a diversificação de mercados e com preços elevados dos produtos de exportação agrícolas, de subsolo e mesmo de serviços, mas o processo de desindustrialização (que vem de longa data) seguiu o seu caminho. Assim, os dois governos de Lula da Silva conseguiram manter a solidez de uma base social que contemplava todas as frações das classes dominantes, setores da pequena burguesia, a "aristocracia" operária e massas de desvalidos atraídas pelas políticas governamentais compensatórias. A hegemonia burguesa nunca pareceu tão sólida.

Com benefícios auferidos no período anterior, o Brasil construiu anteparos que evitaram o choque inicial da crise internacional. No entanto, o acirramento da disputa no mercado mundial, com a busca pelo controle de fontes energéticas e de recursos naturais e a queda de preços das chamadas commodities, começou a impactar a economia política brasileira e a mostrar trincas no bloco social de sustentação da hegemonia burguesa.

Em junho de 2013, início do mandato presidencial de Dilma Rousseff, a partir de São Paulo, manifestações populares se espalharam por várias cidades do País. Desencadeado pela reivindicação juvenil pelo passe livre no transporte, essas manifestações foram a demonstração de uma subjetividade social fraturada. Críticas e reivindicações de toda ordem tiveram desafogo: contra a corrupção, contra os partidos, contra os políticos, mas em favor dos direitos sociais. Era clara a expressão de crise de representatividade, de descolamento entre as classes dirigentes, as instituições e amplos setores da sociedade civil. A resposta dos governos (além de muita e violenta repressão) foi a promessa de atendimento de algumas dessas reivindicações, como a mobilidade urbana. Promessas e repressão esvaziaram as manifestações, mas não só isso. As massas mobilizadas sem direção, sem projeto, tendiam a se bifurcar em duas direções: uma minoria mais à esquerda, que clamava por direitos, e uma maioria liberal conservadora, que incluiu grupos fascistas e que desde então passaram à ofensiva.

"Os trabalhadores e os intelectuais que se postam a seu lado devem passar por um salto de qualidade na organização e na consciência coletiva."

As ruas se acalmaram, mas não se pode deixar de observar como a quantidade de greves vem crescendo, ainda que também desarticuladas entre si e detidas quase todas no pendão econômico-corporativo, com centrais sindicais e mesmo partidos cumprindo papel pífio. Os sinais de agravamento da crise econômico-social eram, contudo, mais salientes.

O processo eleitoral parecia ser o duto para o qual convergiriam os descontentamentos difusos, mas já encaminhados para uma guinada conservadora. Na disputa presidencial, que sempre é a mais importante, a oposição liberal conservadora optou (conforme ensinamento chinês) por colocar dois cavalos na rinha para garantir o segundo turno contra a reeleição de Dilma. Ainda que um dos candidatos de oposição tenha sido trocado por motivo não previsto, o resultado foi alcançado.

No segundo turno, a candidatura da situação já apareceu fragilizada pela ascensão rápida de Aécio Neves e pelas primeiras denúncias de impacto sobre o esquema de corrupção na Petrobrás. A vitória do PT com Dilma foi por pouca margem e quase que uma "vitória de Pirro". O perfil do novo Senado e da Câmara dos Deputados também expressou a ascensão conservadora de modo evidente. Os ingredientes da crise de governo e da crise política estavam postos.

As rachaduras no bloco social e político que sustentara o governo de Lula da Silva se ampliavam com a estagnação econômica e a perda de competitividade no mercado externo. Na montagem do ministério, Dilma tentou responder às demandas das frações burguesas, mas reconhecendo o predomínio do capital financeiro. A ordem agora seria aquela de tentar sanar a crise fiscal do Estado com o remédio amargo do corte nos investimentos, aumento de preços nas tarifas públicas, aumento direto ou indireto de impostos e retirada de direitos sociais. Apesar das concessões setoriais, que traziam como implicação um ataque direto aos interesses e direitos dos trabalhadores, a onda conservadora continuou a sua ofensiva.

Setores burgueses

entendem que o papel do PT na condução do capitalismo brasileiro está superado e passam ao ataque direto e coordenado, estimulados pela intelectualidade orgânica do capital postada na produção, na universidade e nos meios de comunicação. O ponto de convergência é a exposição do cartel de desvio de recursos da Petrobras, que mostra o conúbio de interesses empresarias privados com a sua representação política, via partidos ou burocracia estatal.

O objetivo é o de encostar o governo na parede e prepara a volta do ciclo de privatizações, que foram ralentados na fase petista. A privatização da Petrobrás atenderia a uma antiga demanda da oligarquia imperialista e poderia apontar para a superação da crise (em evidente caso de autoengano). A pressão imperialista contra a Venezuela, Brasil e Argentina faz parte de um mesmo cenário, cujo cerne é a busca dos Estados Unidos pela retomada do controle das fontes de energia da América meridional, que inclui o petróleo, mas também a água.

A crise de governo se expressa na instabilidade ministerial e na fragmentação da base parlamentar do governo, que, por suposto, ajuda muito a oposição. A situação poderia ficar apenas em uma lide entre grupos e personalidades políticas se a luta não tendesse a se colocar também no espaço público e a se fazer crise política e aberta luta de classes.

A direita liberal conservadora e a sua ala fascista, açulada pela mídia, vai para a rua clamando pela derrubada do governo, contra o PT, contra as esquerdas, contra os trabalhadores pobres, pelo fim da corrupção, pelo fim das atuais instituições políticas, incluindo os partidos políticos. Ainda que em momento bafejado também o PSDB poderá ser vítima dessa onda que clama por um governo bonapartista. A tal "reforma política" proposta pelo PT tem tudo para ser um tiro pela culatra com resultado antidemocrático.

Ainda que sejam uma organização forte (até por se beneficiar da máquina do Estado), o PT e outras organizações populares estão sob assédio e colocadas em posição ambígua: sentem-se na obrigação de defender o "seu" governo, mas ao mesmo tempo têm que mostrar que defendem os direitos dos trabalhadores.

Nessa difícil situação, os trabalhadores terão que garantir a sua autonomia e defender no local de trabalho, no local de moradia, nas ruas, o seu direito de organização, de manifestação e de expressão em defesa dos espaços democráticos e dos direitos, postando-se claramente contra a onda conservadora e o fascismo. Os trabalhadores e os intelectuais que se postam a seu lado devem passar por um salto de qualidade na organização e na consciência coletiva, para serem ultrapassadas as amarras da consciência econômica corporativa que o PT fez preservar e desenvolver nas últimas décadas.

* ***Marcos Del Roio*** *é professor de Ciências Políticas da FFC/campus da Unesp de Marília*

Sobre a conjuntura: crises e conflitos de classe no Brasil

Por ***Lalo Watanabe Minto****

O ano de 2015 promete ser de conflitos e tensões acirradas no país. É inegável que o quadro atual de crise econômica amplifica essas turbulências e são imprevisíveis as suas consequências. As eleições de outubro e as recentes manifestações públicas, acentuadamente reacionárias, dão uma medida do que pode vir pela frente.

Argumenta-se que vivemos hoje a contradição entre dois projetos: o da continuidade de um capitalismo com feições mais sociais, e de outro, cujo imperativo seria a retomada e intensificação das reformas neoliberais iniciadas nos anos 90. Uma crise de representação decorreria disso, pois o peso de certos setores representados no Congresso Nacional impediria a chamada governança necessária ao primeiro projeto. O problema desse enfoque é que, muitas vezes, deixam-se intocadas questões vitais, o que empobrece o entendimento do contexto atual.

A real disputa das últimas duas décadas tem girado em torno de quais forças políticas governarão o país e como encaminharão as medidas necessárias aos ajustes, que podem ser instituídos com maior ou menor "aperto" às bases de apoio de cada um dos grupos em condições de disputar o poder estatal. Uma questão crucial dessa disputa é a destinação dos fundos públicos. Sem acessá-los, os setores hegemônicos do capital não conseguem reproduzir seus negócios e sua dominação nos graus de rentabilidade necessários. Eis a razão pela qual a luta contra a corrupção se apresenta como termo aglutinador das recentes movimentações e tenta, assim, preparar o caminho para novas operações que se apresentam como redentoras dos problemas do país. Este é o plano de fundo do "ajuste fiscal".

Engana-se quem acredita que as "classes médias" e as classes dominantes, protagonistas das manifestações de 15 de março e de 12 de abril, sejam contra o Estado e, sobretudo, contra a tributação, que diuturnamente acusam de abusiva. Ideologicamente, porém, a classe média é facilmente mobilizável quando o intuito é responsabilizar a ação

estatal por sua condição declinante, desprezando o impacto das políticas de desmonte do aparelho estatal e dos direitos, intensificadas desde a virada dos anos 80-90.

Nessa conjuntura, é ineficaz insistir no debate sobre o caráter do atual governo: se é de esquerda, direita, etc. O clima golpista torna essa discussão inócua e tenta, de um lado, identificar a luta anticorrupção como uma luta contra toda a esquerda; de outro, fazer emergir a corrupção como parteira de todos os problemas sociais[1]. É como se estivéssemos num período no qual os embates não se dariam mais em torno de questões vitais como trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transportes, etc., e sim da luta contra a má gestão do sistema político e do Estado.

O discurso anticorrupção obscurece o que é essencial

O principal artifício usado para desestabilizar o governo, no fundo, é o mesmo que "justificou" a necessidade das reformas dos anos 90: o Estado brasileiro teria sido tomado de assalto por um determinado grupo político. Ao forjar a imagem de um país devastado pelas negociatas realizadas por esse grupo, levanta-se poeira sobre as reais negociações que o Estado acomoda e contra as quais não se pretende levantar qualquer suspeita. Negócios, aliás, bem expressos nas volumosas doações dos bancos, construtoras, agronegócio e empresariado em geral às campanhas eleitorais dos principais partidos.

"A democracia brasileira vem institucionalizando a impossibilidade de fugir aos ditames da economia internacional."

Como o que está ocorrendo é uma disputa pelo controle dessas negociatas, não pelo seu fim, esse desvio de foco é estratégico para os setores dominantes. Ancorado no poderoso aparelho midiático local, o foco anticorrupção faculta a esses setores mobilizar parcela importante da 'opinião pública' em favor de interesses de classe bastante restritos, iludindo-a com a ideia de que alternativas estão postas na mesa.

Por isso, as principais forças de oposição só podem se sustentar num frágil discurso moralizante, redentor. Talvez essa seja uma das razões pelas quais, no interior desse espectro oposicionista conservador, não haja pudor em ver seu discurso "crítico" traduzido em pedidos de intervenção militar e, pasmem, de retorno à Ditadura. De certa forma, não se trata de mero oportunismo: os principais instrumentos dessa lógica de governança foram instituídos justamente na Ditadura, pois o modus operandi das atividades repressivas do Estado contra toda e qualquer forma de oposição, não só não foi desmontado como se mantém proficuo sob os holofotes da democracia.

Democracia sem alternativas?

O clima golpista instalado desde o período eleitoral, e mantido sob a liderança do principal partido oposicionista (PSDB), denota que, uma vez neutralizados setores importantes das forças combativas da esquerda, protagonistas da derrubada da Ditadura, a democracia brasileira tende a funcionar sobre bases extremamente frágeis (mas não disfuncionais). Trata-se do modo como os interesses dominantes aqui se viabilizam, com toda a carga de violência material e simbólica herdada historicamente. A extração do fundo público nos níveis necessários à acumulação dos capitais aqui instalados, em especial os de matriz transnacional, exige doses violentas de exploração da força de trabalho e, portanto, de precarização, flexibilização dos direitos, privatizações, liberdade ao capital e, também, formas ilegais de extração e controle.

A capacidade de resistir a esse movimento inerente à lógica capitalista, em países como o Brasil, tem, nas organizações de esquerda e nos movimentos sociais, elementos cruciais. Já os conflitos entre partidos, da situação ou da oposição conservadora, não colocam em xeque as questões vitais. Isso porque a política oficial se mostra amarrada a determinações cujos fundamentos não podem ser "tocados" por essa via. Colaboram para isso o processo avançado de desindustrialização, a lógica de extrair o máximo de recursos nacionais para o pagamento dos serviços da dívida, o contingenciamento dos direitos, a superespecialização da economia, típica de domínios coloniais.

Nessas condições, produz-se no máximo 'soluções' como os programas de transferência de renda. E o recente clamor das "ruas", matizado pelo velho ufanismo e pela manipulação midiática, grande marqueteira das manifestações de 15 de março e 12 de abril, abateu-se também contra isso, forjando a ira[2] (antidireitos e antirrepublicana) dos setores mais conservadores das classes médias e dominantes.

A atual etapa da acumulação capitalista, suportada pela financeirização mundializada, demanda o combate a esse (já) escasso caráter público do Estado brasileiro. Assim se explica a urgência perene de reformas, mas não no sentido de introduzir conquistas ou amenizar as contradições do modo de produção capitalista. Trata-se de afastar o Estado das pressões para que institua políticas para enfrentar problemas sociais concretos. E isso acontece porque os governos FHC e Lula/Dilma, ao seu modo e de acordo com suas bases, impuseram medidas para neutralizar as forças de contestação.

O cenário de crise e de conflitos aparentemente inconciliáveis se deve, portanto, ao fato de que a democracia brasileira vem institucionalizando a impossibilidade de fugir aos ditames da economia internacional. As duas principais forças político-partidárias disputam o controle dessa ordem, não sua alteração, cuja formulação como projeto só pode advir das organizações autônomas da classe trabalhadora. Nessa conjuntura, os horizontes do crescimento econômico se descolam das questões essenciais das maiorias, donde os problemas da desigualdade e da precariedade social só poderem ser tratados de forma marginal. Aliás, nos termos do (neo)desenvolvimentismo, ganha sobrevida a mistificação do bolo que antes precisa crescer para depois ser dividido. Impõe-se todo sacrifício aos trabalhadores em nome de resolver seus problemas candentes com mais crescimento econômico. Um ciclo vicioso que as políticas de renda mínima apenas amenizaram temporariamente.

* ***Lalo Watanabe Minto*** *é professor da Faculdade de Educação da Unicamp*

[1] Cinicamente, o ex-presidente FHC afirmou, em entrevista recente, que a corrupção no Brasil é quase "um bebê".
[2] Tomo emprestado, de forma livre, o termo que Francisco de Oliveira usou para tratar do fenômeno de "falsificação da ira" popular na eleição presidencial de Collor de Mello.

Sinais de fumaça no ar do Brasil!

Na era atual, sob o capitalismo monopolista já se aprendeu 'o que era útil sobre o fascismo', os riscos que se devem evitar e como operar uma fascistização silenciosa e dissimulada, mas altamente 'racional' e 'eficaz', além de compatibilizável com a democracia forte.

Notas sobre o fascismo na América Latina. Florestan Fernandes.

Por ***Maria Orlanda Pinassi****

No mês de março assistimos a duas manifestações correlatas – uma no dia 13, outra no dia 15 -, revitalizando a suposta polarização da campanha eleitoral de 2014. De um lado, sindicatos e movimentos sociais umbilicalmente ligados ao PT saíram às ruas com uma missão no mínimo contraditória: defender Dilma (dos rumores de impeachment), a Petrobrás (dos rumores de privatização), a reforma política (no combate à corrupção, com um congresso quase todo ele implicado em alguma negociata, além do caráter francamente reacionário de seus deputados e senadores). E ainda protestar contra os golpes que esse mesmo governo que defende despeja sobre a classe trabalhadora a título de um "necessário ajuste fiscal". O destaque foi dado às MP's 664/665 que redefinem, em detrimento dos trabalhadores, as regras do seguro-desemprego e ao FIES, cujo acesso dificultado pelo MEC, testou a paciência e a credulidade de milhares de jovens de baixa renda que, nos anos anteriores, foram aliciados, mediante sistema de crédito, ao ingresso no ensino superior privado.

De outro lado, uma manifestação chamada pela direita jovem-oportunista dos "Vem prá rua", Movimento Brasil Livre (MBL) entre outros, e por uma minoritária, mas ruidosa extrema-direita (5% dos manifestantes do dia 15). De verde/amarelo, juntos e misturados a muitos outros simplesmente insatisfeitos com as medidas econômicas e desiludidos com a crise política instaurada pelas denúncias do Mensalão e da Operação Lava Jato, gritavam palavras de ordem contra a corrupção. Mais ou menos conscientes, mais ou menos raivosos, racistas, homofóbicos, machistas, o perfil levantado dos participantes mostra que compõem, em sua maioria, a flexível classe média brasileira, a mesma que, ironicamente, o PT se ufanou de inflar nos primeiros 13 anos de governança.

Desde junho de 2013, a base aliada do governo federal apela para a formação de uma frente de "esquerda" como forma de conter as ameaças de golpe. Forja no medo e nos "riscos" de isolamento político uma polarização ideológica. Isso aconteceu quando a direita tomou as ruas de assalto para despolitizar a luta pela catraca livre. Surgia ali o bordão da anticorrupção que fez despencar os índices de popularidade até então confortáveis que Dilma herdou de Lula. Naquele momento, a presidente mostrou sua incultura política ao fazer tábula rasa das reivindicações populares para contemplar justamente os antipetistas com a promessa de um dispositivo moral: a reforma política.

Há muito tempo, porém, a "polarização" se realiza numa falsa alternativa – ou PT ou PSDB -, para o que afirmo ser um mesmo partido neoliberal com duas alas de direita. Pois ambos puseram em marcha um padrão de desenvolvimento nefasto do ponto de vista social e ambiental. Pelos serviços prestados ao capital, disputam as polpudas propinas das empreiteiras escolhidas para realizar as obras faraônicas do PAC, dos megaeventos esportivos, da especulação imobiliária etc. O PT está em seu 4º mandato porque foi bem mais eficiente com sua política de consenso (o lulismo), que conseguiu assegurar lucros astronômicos para as burguesias internas e externas e, numa obra de engenharia política exitosa, domesticou sindicatos e movimentos sociais outrora combativos.

A aparente novidade dos fatos é que a direita saiu da caserna para criar, com a ajuda da mídia, um clima de fascistização similar ao que se assistiu durante o regime civil-militar. Sem pretender minimizar os riscos que de fato corremos com toda essa movimentação sinistra, lembro que o processo pode ser a cereja de um bolo que se assa já há algum tempo. Por exemplo, para as populações pobres de maioria negra das periferias das cidades brasileiras, que sofrem cotidianamente forte criminalização seguida de pesada militarização de seus territórios, essa novidade já é sua velha conhecida.

Pelo andar da carruagem, imagina-se que o agravamento social dado pelo aumento da inflação e pelo crescimento das taxas de desemprego resultantes do endurecimento da nova gestão, intensifique ainda mais a necessidade de ativos militarizados pelo país. Uma movimentação vem se verificando no Planalto neste sentido, pois até o final do ano, Dilma deve enviar ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para que a União divida com os estados a responsabilidade pelas políticas de segurança, que atualmente é uma atribuição dos estados da nação[1].

Nada disso, no entanto, é capaz de evitar, se é que não agrava ainda mais o quadro apresentado pela Anistia Internacional: o Brasil mata 82 jovens por dia. "Eles foram vítimas de 30 mil assassinatos em 2012; do total de mortes, 77% eram negros, o que denuncia um genocídio silenciado de jovens negros." Além disso, entre os anos de 2004 e 2007 "matou-se mais no Brasil do que nas doze maiores zonas de guerra do mundo (...) quando192 mil brasileiros foram mortos, contra 170 mil espalhados em países como Iraque, Sudão e Afeganistão."

Importante registro dos fatos é que, com vistas a um assento no Conselho de Segurança da ONU, o governo Lula, assim como outros governos "progressistas" da América Latina, incentiva uma ofensiva no Haiti - a Minustah, uma intervenção repressiva denominada de "ajuda humanitária" pelo governo petista fortemente rejeitada da população local.

A democracia brasileira dos últimos anos pode ser questionada ainda pelo silêncio prolongado em relação à reforma agrária bem como à onda de violência no campo. De acordo com informações do Centro de Documentação da CPT, Dom Tomás Balduíno, em 2014 já foram

registrados 23 assassinatos em conflitos no campo, sendo que mais 3 estão sob averiguação.

Do mesmo modo exemplificamos o aumento das denúncias de trabalho escravo pelo país afora. Para se ter uma ideia, o interior de São Paulo, estado mais moderno do país, registra um crescimento de 76% das ocorrências no ano de 2014. E ainda, o que dizer das condições subhumanas a que são submetidos milhares de indígenas das mais diferentes etnias em todo o Brasil? Quando não morrem à míngua em reservas favelizadas ou nos barracos armados nas beiras de estradas, são assassinados por jagunços do agronegócio interessado em suas terras. Nestes casos todos, o governo atual, ao nomear Katia Abreu, sua ministra da agricultura, um nome que, nos quesitos truculência, trabalho escravo e devastação ambiental, dispensa maiores apresentações, se coloca como agente imediato do flagelo que atinge as populações pobres e vulneráveis do campo.

Não, a polarização não aconteceu entre os dias 13 e 15 março. Ela é bem outra e remete ao esgotamento do padrão de desenvolvimento aplicado nos últimos 13 anos e cuja característica mais importante a ser ressaltada foi a competência de legislar contra a classe trabalhadora e obter, pela oferta de políticas compensatórias, sua adesão. Tudo indica que esse modelo está com os dias contados.

Prova disso é o fortalecimento de um país que não frequenta a mídia - quando frequenta é sob pesada censura – e que vem recompondo uma onda rebelde com aporte na luta de classes. Esse país também se revela nas ruas, mas mais do que isso ele se apresenta nas periferias, nos canteiros de obras, pátios de fábricas, garagens de ônibus, nas rodovias por uma massa crescente de atingidos pelas políticas de desenvolvimento promovido pelo aliancismo petista. Essa massa se empenha em lutas populares e contingentes, sem protagonismos, em lutas que se abrem para o enfrentamento direto em função de carências sociais crescentes e limites das mediações burocratizadas da democracia burguesa.

Neste quadro, predomina o papel desempenhado pela atual explosão de greves deflagradas – das 446 greves, em 2010, saltou-se para mais de 900, em 2013, e ainda para 1900, em 2014. Em alguns casos, as greves acontecem à revelia dos seus sindicatos pelegos - por trabalhadores dos setores públicos e privados, muitos dos quais terceirizados, precarizados. Ressalto o movimento articulado por garis e professores da rede pública do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, pelos metroviários paulistas (neste caso, organizados por um sindicato combativo), por motoristas e cobradores em várias cidades brasileiras, pelos milhares de trabalhadores que frequentemente paralisam obras da magnitude das hidrelétricas de Belo Monte (PA) e de Jirau (RO), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, das obras que se constroem para os megaeventos esportivos e culturais.

"A polarização remete ao esgotamento do padrão de desenvolvimento dos últimos 13 anos. Tudo indica que esse modelo está com os dias contados."

Revela-se o Movimento Passe Livre em luta pelo "transporte gratuito de verdade" e pela mobilidade urbana. Somente nestes primeiros dias de 2015 conseguiu realizar manifestações massivas pelo Brasil, com destaque para São Paulo com a presença de mais de 10 mil pessoas. Ressalto o papel dos movimentos de luta por moradia e ocupação contra as violentas remoções e os enormes gastos públicos para atender aos interesses das empresas privadas envolvidas com o PAC, a COPA da FIFA, as Olimpíadas e com a especulação imobiliária, dentre os quais ganham relevo no último período o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da COPA (ANCOP). Ressalto também os movimentos de denúncia da violência policial sobre as populações pobres das periferias, com destaque para as Mães de Maio, o Tribunal Popular – o Estado no Banco dos Réus, o Movimento Periferia Viva. Obviamente que as lutas do movimento estudantil fazem a diferença no combate à privatização velada que corrói a autonomia da universidade pública brasileira.

Localizados por vezes fora das vistas e do controle do Estado, esses movimentos, mais ou menos conscientemente, desencadeiam um efetivo processo de politização das massas, o que há tempos as formas tradicionais, institucionalizadas, ao adotarem a linha de menor resistência, abandonaram. Em alguns casos, atuam sem as mediações controladas pelo capital, e costumam remeter-se diretamente aos motes causais (econômicos) de seus infortúnios: salários, condições de trabalho, dos serviços de transporte, saúde, educação, moradia e terra são alguns dos seus alvos. Caso emblemático dessa ofensiva é o da luta dos indígenas pela autodemarcação de terras[2].

A crise da água e da energia atinge, sobretudo a população de baixa renda das cidades médias e grandes da região sudeste, constituindo uma questão de enorme gravidade, provocando manifestações vigorosas contra o racionamento, o fornecimento de água de qualidade duvidosa e os tarifaços praticados pelos órgãos incompetentes. A Revolta de Itu, cidade do interior de São Paulo, surge exatamente desse processo.

Se não se comportam como movimentos anticapitalistas, seu maior trunfo é que dessa maneira, pouco ortodoxa, desnudam os limites cada vez mais estreitos do capital que, na atualidade problemática do governo Dilma, não pode, nem pretende atender às reivindicações populares mais elementares. Por isso mesmo esses movimentos tendem a se radicalizar e ser alvos de repressão policial ostensiva, de criminalização permanente e seus manifestantes submetidos a condenações sumárias. Só pela violência a democracia vem tentando controlar as lutas. E para isso uma ditadura nos moldes de 64 não tem se mostrado assim tão necessária, pois para grande parte da população brasileira, sobretudo se ela for pobre, negra, trabalhadora, inconformada, a violência do Estado, seja ele petista, peessedebista, não é ameaça, é uma realidade.

Sim, Florestan, na epígrafe que abre essa análise, tinha absoluta razão.

* ***Maria Orlanda Pinassi*** é professora do Departamento de Sociologia, FCL/Unesp Araraquara. Membro suplente da Adunesp Central.

[1] http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-11/dilma-enviara-pec-ao-congresso-para-uniao-atuar-com-estados-na-seguranca

[2] Ver sobre a luta dos Mundurukus por suas terras ameaçadas pela construção da hidrelétrica de São Luiz na região Norte do país. http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/A-luta-dos-Mundurukus-contra-a-invisibilidade-/

PL 4.330... rumo à pré-história dos direitos trabalhistas

Poucas vezes na história do país, a tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional ganhou tanto espaço nos meios de comunicação e, especialmente, na agenda dos movimentos sociais. E não é para menos. O projeto de lei (PL) 4.330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB), que "dormia" há mais de 10 anos, teve sua tramitação acelerada pelo atual presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB), e acabou sendo aprovado no plenário daquela casa. Os votos contrários foram das bancadas do PT, PSOL, PC do B e de alguns deputados avulsos de outros partidos. Agora, tramita no Senado.

Se aprovado, o PL 4.330 é uma grande ameaça aos direitos da classe trabalhadora. Sob o pretexto de regulamentar a terceirização no país, acaba por legalizar a fraude e a precarização do emprego. Isso porque permite que as empresas terceirizem até mesmo sua atividade-fim, aquela que caracteriza o seu objetivo principal.

Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considera ilegal a terceirização na atividade-fim do empregador, permitindo-a apenas nas atividades consideradas meio, ou seja, aquelas que, apesar de necessárias, não são inerentes ao objetivo principal da empresa. Se o PL 4.330 for aprovado, a Súmula 331 deixará de ter vigência.

Ao contrário do que dizem seus defensores, o projeto não melhora as condições dos cerca de 12,7 milhões de terceirizados (26,8% do mercado de trabalho), fragmenta a representação sindical e legaliza a diferença de tratamento e direitos entre contratados diretos (a caminho da extinção) e terceirizados.

"A aprovação deste projeto seria um retrocesso grande em toda a discussão sobre direitos trabalhistas das últimas décadas", declarou a presidente da Associação dos Magistrados de Justiça do Trabalho de São Paulo, Patrícia Almeida Ramos, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 20/4/2015. Ela avalia que a terceirização cria "carcaças de empresas", que acabam com um referencial claro sobre quem é responsável pelos funcionários, o que "interessa apenas aos empresários".

Manifestação contra o PL 4.330 (Largo da Batata, SP, 15/4/2015)

Nas universidades

O texto do PL exclui das novas regras a administração direta, as autarquias e as fundações. Ou seja, a princípio, não poderiam ser aplicadas nas universidades, mas nada está definido, uma vez que o PL ainda está em trâmite. Além disso, a história mostra que, uma vez aberta a porteira legal, os governos estaduais rapidamente procuram brechas para passar seus interesses.

Jornadas de protestos

As respostas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais para o mais recente ataque do Congresso Nacional aos direitos trabalhistas vêm sendo expressiva. Já houve dois dias nacionais de luta (8 e 15 de abril), com grandes atos em todo o país, convocados pelas centrais sindicais CSP-Conlutas, CUT, CTB e Intersindical, em parceria com movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e outros.

Terceirização em números

De acordo com o dossiê "Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha", produzido pela CUT e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em dezembro de 2013, os trabalhadores terceirizados recebiam 24,7% a menos do que os contratados diretos, realizavam uma jornada semanal de três horas a mais e eram as maiores vítimas de acidentes de trabalho.

Estes estudos apontam as diferenças absurdas que existem entre as condições de remuneração, direitos, saúde e segurança dos terceirizados e dos trabalhadores diretos, e que não serão corrigidas pelo PL 4.330.

Ao contrário, a aprovação do projeto estenderá a precarização ao conjunto da classe trabalhadora na medida em que permitirá que qualquer atividade seja terceirizada. Seguem alguns dados importantes que constam no dossiê:

- O trabalhador terceirizado permanece 3 anos a menos no emprego;
- O trabalhador terceirizado tem uma jornada semanal de três horas a mais;
- O trabalhador terceirizado recebe salário 25% menor;
- O trabalhador terceirizado está mais exposto a acidentes e mortes no trabalho;
- 8 em cada 10 mortes no trabalho acontecem com terceirizados;
- 90% dos trabalhadores resgatados em condições de trabalho análogo ao escravo são terceirizados.

Leia mais no site (www.adunesp.org.br):

- Dossiê "**Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha**"
- "**PL da terceirização cria 'carcaças de empresas', afirma juíza do trabalho**"
Entrevista com Patrícia Almeida Ramos, presidente da Associação dos Magistrados de Justica do Trabalho de SP, no jornal Folha de S. Paulo.
- **"Nove motivos para você se preocupar com a nova lei da terceirização"**
Reportagem de Leonardo Sakamoto, no UOL.

Repúdio às MPs 664 e 665. Os trabalhadores não devem arcar com o ônus da crise capitalista

Estão em tramitação no Congresso Nacional as medidas provisórias (MPs) 664 e 665, editadas pelo governo federal no dia 30 de dezembro de 2014, e que afetam diretamente direitos previdenciários importantes dos trabalhadores.

A justificativa para as medidas foi a necessidade "corrigir distorções" no sistema (a semelhança com as medidas tomadas pelos reitores paulistas não é mera coincidência). Porém, nem mesmo o governo esconde que as MPs 664 e 665 fazem parte de um "ajuste fiscal" nas contas públicas, com o objetivo de alicerçar o país no combate à crise econômica em curso. Ou seja, mais uma vez, a exemplo do que fizeram sistematicamente os governos do PSDB, o governo Dilma planeja descarregar na classe trabalhadora o ônus da crise capitalista.

Em resumo, as principais precarizações introduzidas pelas MPs são:

- Exigência de 24 meses de casamento ou de união estável para recebimento de pensão por morte;
- Redução do valor da pensão por morte de 100% para 50%, acrescido de 10% por dependente;
- Redução do tempo de duração do benefício de pensão por morte, de acordo com a expectativa de vida do cônjuge;
- Alteração da base de cálculo do auxílio-doença, observando-se a média das 12 últimas contribuições;
- Possibilidade de realização de perícias médicas por empresas;
- Alteração das carências para requerimento de seguro-desemprego, de 6 meses para 18 meses na primeira solicitação, de 6 para 12 meses na segunda, mantendo-se o período de 6 meses apenas a partir da terceira solicitação.

Como explica o professor de Direito da USP Jorge Luiz Souto Maior, no que refere ao seguro-desemprego, por exemplo, o novo requisito vai fazer com que, dos atuais 3,2 milhões de trabalhadores dispensados sem justa causa que não têm direito ao benefício, vez que seus contratos não chegam a seis meses, atinja-se o número trágico de 8 milhões de pessoas. Isso equivaleria a 64,4% dos demitidos sem justa causa. "Ora, se lembrarmos que há uma projeção de crise econômica para este ano, o governo, com tal medida, não pensa apenas em economizar, mas também em não sofrer as consequências financeiras do desemprego."

34º Congresso do Andes-SN: Adunesp presente!

A Adunesp teve expressiva participação no 34º Congresso do Andes-Sindicato Nacional, realizado em Brasília, de 23 a 27/2, com nove delegados (*foto*).

O congresso teve como tema "Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação" e contou com a participação de 339 delegados, representando 71 seções sindicais, além de 62 observadores, 33 diretores nacionais do Andes-SN, convidados e jornalistas.

A Adunesp contribuiu com dois TRs (Textos de Resolução) para o caderno de textos do congresso, ambos relativos às Comissões da Verdade. Como produto destes TRs, a plenária final do evento aprovou o apoio do Andes-SN à Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias (RNCVU).

A plenária final também aprovou a "Carta de Brasília", que sintetiza os debates travados e as resoluções aprovadas. Como parte do processo de "fortalecimento e enraizamento" da CSP-Conlutas – central sindical à qual é filiado o Andes-SN – o congresso deliberou pela realização do 7º Conad extraordinário, nos dias 2 e 3 de maio, também em Brasília. O Conad teve como tema "Contribuições do Andes-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas", que acontece no início de junho, na cidade de Sumaré (SP). No 7º Conad, a Adunesp participou com um delegado (João da Costa Chaves Júnior) e uma observadora (Áurea de Carvalho Costa).

Dentre os desafios colocados na "Carta de Brasília", estão a defesa do caráter público da educação; do projeto de carreira única do Andes-SN para o magistério federal; de condições de trabalho e salário; a luta pela derrubada das medidas provisórias 664 e 665, que atacam direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros pontos.

A professora Áurea, membro da delegação da Adunesp, considera que a discussão foi qualificada. "Passamos em revista os problemas que tanto nos atingem como categoria e cidadãos, colaborando para uma agenda de lutas que visa à superação do atual modo de produção da vida caótico e violento, rumo a uma sociedade centrada no ser humano e no respeito à natureza", conclui.

Os delegados da Adunesp

Anderson Deo (Marília), Antônio Luís de Andrade (Presidente Prudente), Angélica Lovatto (Marília), Milton Vieira do Prado Jr. (Bauru), Áurea de Carvalho Costa (Rio Claro), Ricardo Pires de Paula (Presidente Prudente), Paula Ferreira Vermeersch (Presidente Prudente), Carlos Alberto Anaruma (Rio Claro) e João da Costa Chaves Jr. (indicado pela Diretoria).